



---

---

**SISTEMAS MEMORIAIS E A REDE MEMORIAL PERNAMBUCO: UM  
EXPERIMENTO A PARTIR DO LABORATÓRIO LIBER DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PERNAMBUCO**

MEMORIAL SYSTEMS AND THE PERNAMBUCO MEMORIAL NETWORK: AN  
EXPERIMENT FROM THE LIBER LABORATORY OF THE FEDERAL UNIVERSITY  
OF PERNAMBUCO

**MIRANDA, Májory K. F. De Oliveira Miranda**  
Profa Doutora. Dept. Ciência da Informação / UFPE

**GOUVEIA JR. Mário**  
Mestre em CI/ UFPE

**LIMA, Marcos Galindo**  
Prof. Doutor Dept. Ciência da Informação / UFPE

### **Resumo**

O presente artigo apresenta a Rede Memorial Pernambuco (RMPe) como uma rede colaborativa de boas práticas de curadoria digital no modelo pós-custodial de informação, assim como o Laboratório Liber, e Tecnologias do Conhecimento, do departamento de Ciência da Informação, como ambiente de experimentações dos conceitos e práticas, supracitados. Destarte, ainda discorre sobre a literatura base para construção do conceito de Sistemas Memoriais, Teoria Sistêmica, Pensamento Complexo e a Cultura Participativa, assim como revisa os ideais de preservação da memória e sua utilidade social, além de destacar a Curadoria Digital, e a noção de interdisciplinaridade no modelo pós-custodial de informação. O método de pesquisa é o Quadripolar, representado pelas abordagens de cunho epistemológico, teórico, técnico e morfológico, tanto para conhecer e construir a natureza do objeto, quanto para coleta e análise dos dados, qualificando a pesquisa como exploratória e dedutiva. Todos esses postulados, têm ajudado a delinear o conceito de Sistemas Memoriais, e o seu imperativo pela assunção da responsabilidade de os sujeitos envolvidos nos processos de gestão de informação com a produção, preservação e disseminação de conhecimento. Como resultados, identifica que a Rede Memorial, com o apoio do laboratório Liber, se apresenta como iniciativa que estimula e legitima o trabalho coletivo, o multiprotagonismo e o reconhecimento de que o compartilhamento de boas práticas atua como um celeiro para inovações e desenvolvimento das sociedades. Do mesmo modo, registra que as práticas mais eficazes de preservação se respaldam em ambientes que propiciam diligentes atitudes que se antecipam às perdas por reconhecerem a importância do tesouro confiado em suas mãos.

**Palavras-chave:** Laboratório Liber. Pensamento Sistêmico. Memória. Preservação Digital

## Abstract

To present Pernambuco Memorial Network (RMPe) as a collaborative network of good practices for digital curatorship in the post-custodial information model, as well as the Liber Laboratory of Knowledge Technologies, Department of Information Science, as an experimentation environment for concepts and practices mentioned above. Thus, it still discusses the base literature for the construction of the concept of Memory Systems, System Theory; Complex Thinking and Participative Culture, as well as revising the ideals of memory preservation and its social utility; Digital Curatorship, and the notion of interdisciplinarity in the postcustodial information model. The research method is Quadripolar, represented by the epistemological, theoretical, technical and morphological approaches, both to know and to construct the nature of the object, as well as to collect and analyze the data, qualifying the research as exploratory and deductive. All of these postulates have helped to delineate the concept of Memory Systems, and its imperative by assuming the responsibility of the individuals involved in the processes of information management with the production, preservation and dissemination of knowledge. As results, it identifies that the Memorial Network, with the support of the Liber laboratory, presents itself as an initiative that stimulates and legitimizes collective work, multiprotagonism and the recognition that sharing of good practices acts as a barn for innovations and the development of societies . Likewise, it records that the most effective preservation practices are supported in environments that provide diligent attitudes that anticipate losses by recognizing the importance of the treasury entrusted to them.

**Keywords:** Laboratório Liber. Pensamento Sistêmico. Memória. Preservação Digital

## 1 Introdução

Numa perspectiva geral, o Liber – Laboratório de Tecnologia do Conhecimento é um ambiente de pesquisa pertencente ao Departamento de Ciência da Informação da UFPE. Especializado em investigações no âmbito do Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)<sup>1</sup>, o Liber desenvolve, em ambiente controlado, repositórios e ferramentas que fomentam a disponibilização, gerenciamento e pesquisa de conteúdos em formato digital.

Como objetivos visa anotar o histórico e a trajetória do Liber; suas contribuições práticas e teóricas para a Ciência da Informação

A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória, uma vez que foram empreendidos levantamentos bibliográficos e análise de exemplos que estimulem a

---

<sup>1</sup> O GED é o conjunto de tecnologias que envolvem todas as fases de gestão de documentos, sejam eles digitais ou analógicos, desde a criação até o seu arquivamento, tencionando a sua rápida recuperação associada à segurança dos dados estocados (SIEBRA et al, 2013B).

compreensão do fenômeno estudado (MINAYO, 2001). Nesse aspecto, o exercício aqui empreendido ancora o seu referencial teórico em pensadores como Capra (2006), Castells (1999; 2003; 2013), Cocco (1999), Galindo (2005; 2010; 2012; 2015), Jenkins (2009), Latour (1994), Luhmann (2011), Morin (2011), Prigogine (2002) e Silva e Ribeiro (2002; 2011), que, entre outros, têm defendido a superação da *inteligência* pela *consciência*, e, por conseguinte, a emergência do trabalho coletivo, da interoperabilidade sistêmica e das tramas reticulares entre sujeitos e instituições.

A primeira seção, chamada **A visão sistêmica compartilhada**, trata do recorte teórico que tem fundamentado as práticas partilhadas pelos profissionais que atuam naquele laboratório. A própria noção de interdisciplinaridade é evocada, assim como a Teoria Sistêmica, o Pensamento Complexo e a Cultura Participativa e a Inteligência Coletiva, além das noções de Capital Social e tessitura de relações reticulares. Todos esses postulados têm ajudado a delinear o conceito de Sistemas Memoriais e o seu imperativo pela assunção da responsabilidade de os sujeitos envolvidos nos processos de gestão de informação os quais são tão bons ancestrais quanto os que tiveram – em produção, preservação e disseminação de conhecimento.

A segunda parte, denominada **Memória e Preservação Digital**, concentra-se em uma revisão de literatura pertinente a estas duas temáticas, o que promove reflexões acerca do valor dos recursos informacionais relativos à artefatos museais e suas relações com a educação, coleções fotográficas, jornais antigos e processos judiciais, realçando a importância de evitar tragédias da memória, que seriam vivenciadas em face de sua perda. Com relação à Preservação Digital, foram evidenciadas importantes reflexões no que concerne uma dialogia entre a ambivalência segurança-liberdade de informação, enfatizando que a preservação e acesso podem caminhar juntos, estando os gestores das unidades de informação cientes do perigo e do valor que os conteúdos que guardam representam para a sociedade.

São tecidas, ainda, considerações sobre as necessidades de preservação de memória e sua utilidade social, assim como também é apresentada a Rede Memorial de Pernambuco.

## 2 Redes: de um conjunto de “nós” a um pensamento sistêmico

Entre os muitos significados do termo rede, descartamos as perspectivas artesanais e mecanicistas, e nos aproximamos do prisma de uma trama interconectada de inteligências que se conectam em busca de – juntas, denotando um *todo* – representarem algo maior do que a mera soma de suas *partes* (MORIN, 2011).

Contrastando com a concepção mecanicista cartesiana, a visão sistêmica de mundo que tem se apresentado possui um teor orgânico, holístico e ecológico. A partir desta, o universo começa a ser percebido como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão interrelacionadas. Com o pensamento sistêmico, a metáfora do conhecimento como um edifício está sendo substituída pela da rede. Quando percebemos a realidade como uma rede de relações, nossas descrições também formam uma rede interconectada de concepções e modelos, no qual não há fundamentos (CAPRA, 2006).

Iniciou-se, então, uma tendência de pensamento, externalizada pelas ciências modernas, que refutava os esquemas cartesianos e mecanicistas de unidades isoláveis e priorizava abordagens organísmicas no sentido de pensar os sistemas como elementos em perene relação de interação e interdependência. A essa verdadeira transformação Bertalanffy chamou de *Revolução Organísmica*. A confluência para um pensamento holístico levou ao entendimento de que os fenômenos sociais devem ser considerados como *sistemas* e não como a mera soma de átomos sociais, uma vez que toda ciência social é a ciência dos sistemas sociais, conforme postula Bertalanffy (1977).

A teoria dos sistemas apresentada por Luhmann – em oposição à de Bertalanffy, que se pautava nas relações entre o *todo* e as *partes* – está baseada na diferença entre o sistema e o meio. Desse modo, paradoxalmente, o sistema cria a sua própria unidade, à medida que realiza uma diferença. Ademais, “o meio é um momento constitutivo dessa diferença e, por isso, não é menos importante do que o próprio sistema” (LUHMANN, 2011, p.259).

De qualquer modo, a emergência do pensamento sistêmico pode ser vista como um produto gerado pelo desenvolvimento científico, técnico e social da

sociedade humana, que envolve uma nova percepção e concepção dos fenômenos da natureza; a necessidade de melhorar a capacidade de administrar os problemas de organizações humanas. Problemas estes cada vez mais complexos em oposição às pretéritas situações simplificadoras (PRIGOGINE, 2002).

No tocante aos princípios universais do pensamento sistêmico, deve-se registrar que a busca pela inter-relação entre distintos campos do conhecimento aparece como uma resposta à aparentemente indispensável especialização, que, em fins do século XIX, tornava-se inerente ao homem *civilizado* e *enciclopédico*. Já nessa época, as novas demandas por informação e velocidade sugeriam não uma sociedade comandada por especialistas, mas por homens que tinham um campo de estudos mais largo, e, ao menos, noções holísticas sobre a sua e outras áreas do conhecimento.

Devemos considerar ainda acerca do pensamento sistêmico, chamado por Peter Senge (2004) de *a quinta disciplina*, que esta perspectiva é identificada no *modus operandi* de todas as organizações que trabalham com a criação e organização do conhecimento. Nesse aspecto, uma instituição que acolhe como prática o pensamento sistêmico está se revelando como uma organização de aprendizagem, posto que precise se afastar de todas as concepções de segmentação herdadas pelo reducionismo cartesiano e se adaptar a uma nova realidade.

Vale acrescentar que essa adaptabilidade crescente revela apenas o limiar do processo de aprendizagem, uma vez que o desejo de aprender se estende, aproximando-se da criatividade e da produtividade. Assim, organizações que aprendem são formadas por colaboradores estimulados e adaptados a atuarem conjuntamente (SENGE, 2004).

Embora Peter Senge (2004) considere que nem sempre a aprendizagem individual é sinônimo de aprendizagem organizacional, estamos convencidos de que as organizações somente podem aprender por meio das pessoas que aprendem. E esta é uma aprendizagem coletiva, que demanda elevado estado de comprometimento com os resultados esperados. O Liber, em nossa concepção, alcançou o patamar de empresas do futuro à medida que tem estimulado os seus integrantes e colaboradores a busca mais conhecimento.

De acordo com Castells (1999) na atual *Sociedade Informacional*, as sociedades migraram do fabrico de bens materiais para a produção, armazenamento e disseminação de informação e comunicação – onde as relações de rede estão presentes. Nesse sentido, ao se pensar na ideia de rede, pode-se delineá-la a partir de duas matrizes: uma de teor material e outra de natureza social. No campo material, a rede é pensada como qualquer infraestrutura que possibilite o trânsito de matéria, energia ou informação. Em seu viés social – e também político – a rede é formada por pessoas, mensagens e valores (SANTOS, 2006).

Segundo Marteleto (2007), uma rede social se apresenta como um conjunto de unidades sociais e das relações que essas unidades sociais mantêm umas com as outras, direta ou indiretamente, por meio de encadeamentos de extensões variáveis, jamais se reduzindo a uma simples soma de relações, posto que sua forma interfere em cada relação.

Para Capra (2006), as redes são capazes de engendrar uma massa de conhecimento compartilhável que envolve informações, ideias, habilidades, valores e crenças. Essa lógica social de tramas e trocas, evidenciada tanto pela teoria dos sistemas quanto pelo pensamento em rede, guarda estreita relação com o universo da Biologia. Um desses conceitos biológicos é o mutualismo, correspondendo a relação entre duas espécies que gera benefícios a ambos os agentes.

Bruno Latour (1994) considera que a disposição em rede é uma forma de organização que não é uma prerrogativa humana, uma vez que todos os animais vivem e demonstram um comportamento interespecie em forma de rede. O comensalismo e a protocooperação são tratos que podem ser anotados e aplicados nas relações humanas e interinstitucionais. E nesse caso, valem, a título de exemplo, as anotações de Maturana e Varela (1995) em relação aos insetos sociais, aos vertebrados sociais e aos babuínos<sup>2</sup>.

---

2 Em relação ao primeiro grupo, representado por formigas, cupins, vespas e abelhas, estes denotam forte interação de grupo a partir de características inatas, que determinam sua função e obrigações para com a sua comunidade. No segundo caso, animais distintos cumprem papéis da mesma forma distintos, o que lhes permite a dedicação a atividades, em benefício do grupo, que lhes seriam impossíveis se estivessem

Essa perspectiva é tributária da compreensão das relações de parceria, que são essenciais para a sustentabilidade das comunidades. Assim, em um ecossistema, é a cooperação generalizada que garante os intercâmbios cíclicos de energia, de recursos e de ideias, que fluem livremente por toda a rede (CAPRA, 2006).

Capra (2006) pontua também que a compreensão da importância dessas relações, no âmbito do pensamento sistêmico, levará à reflexão de que identidade, individualidade e autonomia não implicam em separação e independência. Da mesma forma, segundo ele, entender os princípios para a criação de comunidades humanas sustentáveis é o primeiro passo para a construção de uma sociedade ecologicamente alfabetizada.

Partilhando dessa ótica, Luhmann (2011, p.50) acrescenta que “a sociedade não pode sobreviver como sistema de ação se o organismo não se adapta a um meio ecológico, além do que lhe é destinado”. Tal concepção pode ser traduzida a partir do entendimento de que um organismo que não se reinventa ante a adversidade está fadado ao desaparecimento.

Vai ao encontro e complementa as noções apresentadas sobre teoria dos sistemas e pensamento em rede, o conceito de capital social (HIGGINS, 2005). Embora possua diversas significações, derivadas de outras tantas orientações teórico-metodológicas, trata-se um conceito relacional, que é norteado a partir do entendimento de uma interação que une indivíduos em torno de objetivos comuns e evidencia relações de colaboração, reciprocidade e confiança mútua que os torna mais fortes.

Ainda nessa perspectiva, pode-se acrescentar que o capital social reside na estrutura das suas relações. É, então, a partir do relacionamento com o outro que o indivíduo obtém capital social. Se essas teias de relacionamento e troca de informação forem pensadas em um nível maior, isto é, entre comunidades e/ou instituições, o capital social é capaz de conceder benefícios à sociedade, bem como potencializar a

---

sozinhos. No terceiro caso, cada indivíduo está continuamente ajustando sua posição na rede de interações do grupo segundo sua própria dinâmica (MATURANA; VARELA, 1995).

aprendizagem, a mobilidade social e o desenvolvimento econômico, desde que exista um conjunto de instituições e sujeitos comprometidos com essa finalidade.

O desenvolvimento das instituições e organizações depende tanto de uma eficiente utilização do recurso *informação* quanto da capacidade de armazená-lo e recuperá-lo. Os desafios que se apresentam às organizações, neste caso, demandam, para além de uma aparelhagem tecnológica, um reequacionamento da estrutura organizacional (PINTO; SILVA, 2005).

Para Silva e Ribeiro (2002) os chamados *sistemas artificiais convencionais* implicam a intervenção humana e suas relações organizativas e dinâmicas, dispostas de modo a tecer uma rede. De forma análoga, o elemento caracterizador da Sociedade da Informação é o produto da ação humana e reflexo das condições estruturais – políticas, técnicas, econômicas e culturais – nas quais as ações se desenvolvem a fim de concretizar os diferentes objetivos (PINTO; SILVA, 2005).

Nessa perspectiva, a informação, enquanto fenômeno e processo, impõe-se às organizações e nas organizações. E nesse contexto, uma organização forte, com um sistema de informação bem estruturado, poderá encontrar na cooperação, na construção de redes de organizações e no uso efetivo do conceito de “rede”, a plataforma para responder à economia global, que a partir da própria capacidade de iniciativa, quer como resposta a incentivos estatais (PINTO; SILVA, 2005). A ideia de Sistema de Informação se apresenta, desse modo, como o fruto da relação transdisciplinar suscitada pela lógica sistêmica.

É com base nesses pressupostos teóricos que emerge o conceito de Sistemas Memoriais, entendido como um conjunto de organismos que interagem e trocam experiências, materiais e métodos em torno de um objeto comum, com este objeto a memória informacional e os referidos organismos, entes dotados de missão memorial e alocados no universo de arquivos, bibliotecas e museus, e que, portanto, estão ligados a uma atuação que preza pelo resgate, pela preservação e pelo acesso à



herança cultural registrada, assumindo uma conotação de interoperabilidade<sup>3</sup> (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012)

Enfatizamos, nesse particular, que os sistemas memoriais se apresentam como uma teoria em desenvolvimento que busca a compreensão integrada daqueles equipamentos de missão memorial que atuam a serviço da sociedade. Desse modo, vê-se que o sistema aqui tratado foge da lógica cartesiana e se apresenta como um organismo aberto e entrópico, o que sugere ininterruptas transformações e trocas com o meio externo, cuja influência pode até modificar a estrutura do sistema. É apropriado, então, afirmar que o meio e o sistema se complementam em suas distinções (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012)

É pertinente anotar, ainda, que a noção de sistema memorial começou a fazer parte da agenda política brasileira quando novos marcos conceituais e práticos foram estabelecidos para a gestão da cultura brasileira, tirando-a das margens políticas governamentais (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012). Tais práticas se somam ao advento do novo paradigma tecnológico denunciado por Castells (1999), que está pautado no poder das novas tecnologias da informação. Estas vêm agindo no sentido de tornar a própria informação o produto do processo produtivo.

Na disseminação dessa nova dinâmica global, chamada de *cultura participativa* (JENKINS, 2009) ou também *general intellect* (COCCO, 1999), cada vez mais se tem percebido que, seja entre pessoas ou entre instituições, a notoriedade não reside mais naquilo que se possa guardar, mas no que se possa compartilhar. É o usuário, então, que apresenta sentido dá a organização de caráter público. É assim que esta passa a desfrutar de utilidade social; de um modo que este usuário seja corresponsável pela consolidação da missão daquela instituição.

Conscientes da importância do tudo guardar, não ignoramos o dilema paradigmático anotado por Silva e Ribeiro (2011) entre o modelo *custodialista* e pouco democrático, no sentido de franquear a obtenção de informação e a crescente demanda contemporânea por liberdade, em especial ao que se refere ao

---

<sup>3</sup> A interoperabilidade, aqui apresentada, define-se como aquela habilidade desenvolvida por dois ou mais sistemas no sentido de compartilhar dados e informações de modo coerente e eficiente, buscando a maximização dos resultados esperados, mesmo atuando em diferentes ambientes.

compartilhamento de conteúdos. Há uma antiga recomendação relativa a preservação do patrimônio, apregoado como um bem da coletividade, que, no entanto, por vezes, não tem o devido acesso a esse patrimônio.

O paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista confere a sobrevalorização da guarda, conservação e restauro do suporte; a identificação com a preservação da cultura erudita e da memória oficial e a própria memória como fonte legitimadora dos Estados Nacionais. O paradigma pós-custodial, por seu turno, é marcado pela valorização da informação como um fenômeno<sup>4</sup> social, e entende como prioridade máxima, o acesso à informação através da intensificação de políticas pautadas em seu compartilhamento no âmbito científico e tecnológico; a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos; e o respeito pela diversidade cultural e linguística na criação de conteúdos. (SILVA; RIBEIRO, 2011).

Para o professor Silva (2012) iniciativas como o Laboratório Liber se encontram equilibradas entre os paradigmas da custódia e do acesso, que nos parece perfeitamente possível, visto que, em diversos campos da ciência, há a vigência simultânea de dois paradigmas distintos e até antagônicos, ainda que o mais antigo dê sinais de esgotamento ou colapso. Isso porque é justamente a crise do modelo anterior que permite a emergência do outro. Nessa perspectiva, estamos convencidos de que:

A formação de estoques de informação em mídia digital impõe a necessidade condicional do desenvolvimento de estratégias de preservação e o princípio do acesso e uso social da informação. Isto se dá graças à natureza do conhecimento que é um processo social operado na ponta pela inteligência dos indivíduos. O produto desta inteligência tem como destinatário final a memória na forma de registro. Como o rio corre para o mar, à memória destina-se o acesso, e assim, memória e acesso são faces comuns do complexo processo do conhecimento, sem o acesso, a função social da memória é nula (GALINDO, 2012, p.38)

---

<sup>4</sup> A informação é o fenômeno gerado na mente humana e que ao sair do sujeito fica submetido a um processo natural de reprodução e de transmissão/comunicação. Desse modo, o processo é a passagem da produção informacional para a consumação comunicacional.

### 3 Memória e Preservação Digital

O crescimento exponencial da informação subsequente carecia de ações de custódia especializada, o que contribuía para atualizar a tendência ditada, desde aralidade, de que comunicar era inerente ao humano e compartilhar era “divino”. Isso porque, o emissor, que detinha um poder e evidenciava também uma distinção entre os receptores, não estava disposto a dividir tais prerrogativas. Numa palavra, preservação e exclusão evidenciam o paradigma custodial (SILVA; RIBEIRO, 2011).

O referido acúmulo de testemunhos materiais era movido pelo sonho de armazenar em tais suportes todo o conhecimento produzido. Entretanto a lógica do acesso à informação, e os seus fluxos, se configuravam como uma espécie de privilégio concedido a poucos (ECO, 1998). Conforme sentença Chartier (1999, p. 117):

Desde Alexandria, o sonho da biblioteca universal excita as imaginações ocidentais. Confrontadas com a ambição de uma biblioteca onde estivessem todos os textos e todos os livros, as coleções reunidas por príncipes ou por particulares são apenas uma imagem mutilada e decepcionante da ordem do saber [...] com o texto eletrônico, a biblioteca universal torna-se imaginável (senão possível) sem que, para isso, todos os livros estejam reunidos em um único lugar

Nessa perspectiva, apesar de, em certa medida, alguns dos modelos anteriores ainda serem praticados, a emergência do paradigma tecnológico informacional propiciou outras formas de pensar a gestão de informação e as relações de comunicação (CASTELLS, 2003).

Algumas destas discussões sobre a necessidade de atualização da gestão de informação, em especial em seu âmbito memorialístico, são encontradas nas dissertações de Gouveia Júnior (2012), Malta (2013), Macedo (2013) e Santos (2014).

Em todas elas encontramos ecos no tocante à perspectiva da gestão de informação como um fenômeno social e passível de esquecimentos provocados por imprudência, imperícia ou negligência institucional.

Gouveia Júnior (2012) aplicou o conceito de Sistemas Memoriais, como uma categoria de trabalho que envolve protocooperação e compartilhamento boas práticas

e expertises para pensar a gestão da informação em instituições museológicas pernambucanas. Contemplou ainda o conjunto de políticas públicas destinadas a organizações museais e como estas se constituíram, ao longo do tempo, em representantes fulcrais de nossa memória coletiva.

Malta (2013) associou a memória coletiva e o patrimônio cultural de um povo a coleções fotográficas custodiadas por instituições de memória como uma das ferramentas indispensáveis à tessitura de relações de pertencimento. Defendeu, nesse sentido, a importância do tratamento adequado daqueles suportes e de sua disseminação por meio da lógica dos Sistemas Memoriais, envolvendo, em seu estudo de caso, três unidades de informação de Pernambuco.

Macedo (2013) trouxe um preocupante estudo de caso da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife<sup>5</sup> e de como a memória pode sofrer atentados a sua existência. Foi revelado, como severo perigo, o fenômeno social do esquecimento, defendido como a não concretização do fluxo informacional por parte de gestores de instituições memorialísticas. Quando não se tem o acesso à informação, se evidenciam práticas eficientes de preservação, nos deparamos com os indesejáveis esquecimentos provocados.

Santos (2014), também se utilizando do conceito de Sistemas Memoriais, dedicou-se a contemplar o fenômeno social da gestão memorial em Pernambuco em seu contexto social, por meio da realização de um estudo de caso do Arquivo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, abrigado na UFPE. Neste arquivo, que abriga processos trabalhistas, percebidos como um manancial de recursos de informação de valor memorial incalculável, foi constatada a ausência de políticas de memória por parte do poder público, além de práticas custodialistas.

O paradigma custodialista pôde emergir e se consolidar, até os dias atuais, em virtude do pensamento de que as memórias precisavam ser mantidas para a posteridade, ainda que a custa da ausência de acesso (SILVA; RIBEIRO, 2011). O

---

5 “O caso ocorrido na Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, onde parte do seu acervo formado por jornais raros do século XIX foi devorada por cupins e outras pragas devoradoras de papel foi o ponto inicial desta dissertação” (MACEDO, 2013, p.110).

paradigma pós-custodial, por seu turno, não nega a importância das iniciativas de preservação ocorridas no passado e na atualidade, mas enxerga a importância do compartilhamento de conteúdos informacionais e entende o usuário como elemento importante desse processo. Haveria, então, possibilidades, se não de uma ambivalência entre segurança e liberdade da informação, ao menos de uma dialógica para os Sistemas de Informação?

A dialogia, proveniente da teoria da complexidade, pode apresentar um contributo maior. Há que se considerar, a princípio, que o pensamento complexo comporta uma tensão permanente entre a busca por um saber não fragmentado e não redutor e o reconhecimento da natureza inacabada e da incompletude de qualquer conhecimento (MORIN, 2011).

É importante considerar, nessa perspectiva, que a preocupação com a Preservação Digital deve estar presente em todas as iniciativas que se destinem a promover o acesso à informação digital (SAYÃO, 2005). Também destaca-se a fragilidade e o caráter efêmero de muitos suportes que rapidamente entram em obsolescência face o advento de novas tecnologias. A criação de um repositório institucional que garanta a preservação e o acesso à informação – para além das iniciativas de produção de *backup* e cópias de redundância – não é o bastante para conciliar a ambivalência entre a segurança e a liberdade de informação.

É fundamental garantir o acesso continuado e a longo prazo à memória informacional em formato digital, monitorando constantemente os dados armazenados. Deve-se pensar, do mesmo modo, em uma Política Institucional de Informação que adote rotineiros procedimentos de Análise de Risco, identificação e mitigação permanente dos perigos que possam ameaçar os objetos digitais (SAYÃO, 2005).

Iniciativa mais abrangente do que a Preservação Digital, a Curadoria Digital, como veremos a seguir destaca-se no âmbito do gerenciamento de documentos digitais, por incluir atividades que contemplam o ciclo de vida desses documentos, como a gestão de dados, ou seja, planejamento, boas práticas na digitalização,

seleção dos formatos, garantia de disponibilidade e recuperação posterior (SIEBRA; et al, 2013A).

## 4 Método

Como metodologia foi adotada a pesquisa exploratória. Foram empreendidos levantamentos bibliográficos e análise de exemplos que estimulassem a compreensão do fenômeno estudado (MINAYO, 2001).

## 5 Resultados

### 5.1 Liber: uma trajetória da informação

Ao completar vinte anos de existência, indivíduos ou organizações, em geral, procuram fazer um apanhado de suas origens, seus passos, conquistas e objetivos. Muitos buscam antigos álbuns fotográficos, recordações de familiares ou mesmo linhas do tempo institucionais para conseguir sedimentar essas informações<sup>6</sup>.

Nesse sentido, a definição do Liber por sua função prática, isto é, como um laboratório de pesquisa do Departamento de Ciência da Informação da UFPE que se dedica à preservação digital de conteúdos informacionais, ainda não é suficiente.

Apesar dos destaques relativos aos projetos de gerenciamento eletrônico de acervos históricos e do Banco de Teses, como forma de facilitar o acesso à produção científica e artística da UFPE, acrescentando a sua finalidade no tocante ao desenvolvimento de repositórios e ferramentas que, em um ambiente controlado, permitem a disponibilização, curadoria e pesquisa de conteúdos de formato digital,

---

<sup>6</sup> No ano de 2016, o Laboratório Liber celebrou a sua segunda década. Nesse contexto, toda a experiência vivenciada desde o pequeno grupo de *cibertecários* (RODRIGUES, 1995) que se reuniam no Departamento de Ciência da Informação em meados dos anos 1990, passando pela experiência do LibVirtus (que se converteu rapidamente em um importante experimento social, um movimento mediado pela tecnologia e movido pelas grandes questões que se apresentavam neste campo), até chegar às indagações do ciberespaço, onde as ruas não têm nomes (NEVES; GALINDO; CUNHA, 1997), foram evocadas em debates e seminários.

faltaria uma abordagem mais sistêmica, que revelasse a natureza complexa dos ideais partilhados por esta iniciativa.

Isso porque, desde cedo, ficou compreendido que este laboratório, o qual trata de gestão e disseminação de conteúdos eletrônicos, não poderia ignorar todos os testemunhos da presença humana na arte e na cultura, na economia, na política e na sociedade, produzidos e acondicionados em suportes tangíveis de informação. Por meio das ferramentas tecnológicas disponíveis, aprofundado-se as responsabilidades de garantir que essa memória registrada no passado possa chegar às futuras gerações com qualidade e segurança. O Liber se voltou também para pesquisas no campo da memória informacional em seus variados continentes e conteúdos, suas relações com as instituições que a abrigam e as relações destas entre si.

Da mesma forma, os fenômenos sociais atinentes à formação de redes sociais voltadas ao trabalho colaborativo são objetos de atenções do Liber, que se destaca como referência nacional no campo da gestão da memória e suas realizações desdobram-se em projetos e programas consolidados como o PPGCI – UFPE (Linha de Pesquisa Memória da Informação Científica e Tecnológica), a Rede Memorial, e o Memorial Professor Denis Bernardes, criados sob influência direta da atividade de pesquisa, desenvolvida pelo laboratório, no âmbito do Grupo de Pesquisa Memória e Sociedade.

O Liber se define como uma unidade de pesquisa científica e tecnológica, gerenciada por uma administração colaborativa e participativa. O corpo técnico é formado por membros dos grupos de pesquisa Memória e Sociedade, Estudos Epistemológicos da Informação, do Núcleo de Curadoria Digital, do Memorial Professor Denis Bernardes e do Instituto Clio. Ao longo de duas décadas de atividade, foi montada uma infraestrutura que conta com os mais diversos equipamentos de digitalização, tratamento e armazenamento de conteúdos em meio digital, atendendo às demandas de usuários internos e externos. As ações marcantes como laboratório multiusuário se desenvolveram em parceria com instituições-membro da Rede Memorial de Pernambuco, visando a curadoria de acervos digitais.

Em tempo, cabe considerar, de acordo com Galindo (2015), que o termo *multiusuário* é frequentemente utilizado para descrever iniciativas realizadas em ambientes de colaboração em rede, de modo a envolver a partilha de recursos humanos, infraestrutura e serviços.

Destacam-se as parcerias com o Instituto Ricardo Brennand; com a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco; com o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE); Companhia Editora do Estado de Pernambuco (CEPE); No exterior, são importantes as colaborações com a Universidade Sapienza de Roma e com a Universidade do Porto em Portugal, com as quais se mantém convênios.

Existe ainda, a colaboração com o Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos, por meio da Embaixada Neerlandesa no Brasil, que apoiou projetos curatoriais de cartografia holandesa e repatriação digital de manuscritos de interesse da memória brasileira em arquivos holandeses.

Em 2009, inspirados por este contexto nacional, o Museu da Cidade do Recife, a Biblioteca Pública de Pernambuco, o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e o Laboratório Liber, em comum acordo, iniciaram diálogos sobre problemas comuns em locais de memória. Seus representantes compreenderam que poderiam somar pela semelhança e não separar pela diferença. Dessa forma, objetivavam a promoção da cooperação interinstitucional, mediante a realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e à informação de natureza histórica, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco (GALINDO, 2010).

Desde então, o Laboratório Liber, em parceira com a UFPE e os signatários da Rede Memorial de Pernambuco, tem promovido e tomado parte em encontros e seminários que contam com a participação de palestrantes nacionais e internacionais, especialistas em gestão do patrimônio cultural e pesquisadores.

Em abril de 2010, durante o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, realizado em São Paulo, discutiram-se as políticas públicas de digitalização de acervos e a formulação de um modelo sustentável de preservação e



acesso universal do patrimônio cultural brasileiro. Simultaneamente a esse evento, o Conselho Nacional dos Arquivos estabeleceu as diretrizes gerais para o processo de digitalização dos acervos. Trata-se de ferramenta indispensável ao seu acesso, disseminação e preservação, já que se restringe à utilização dos documentos originais (GOUVEIA JUNIOR; et al, 2015).

Ainda em 2010, criou-se um Comitê Gestor da Rede Memorial, com as funções de implantar uma plataforma colaborativa, criar grupos de trabalho, preparar um plano de atividades para os anos 2011 e 2012, buscar permanente diálogo com a Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, divulgar a formação da Rede e preparar nova reunião deste Fórum para maio de 2012.

Devemos acrescentar, também, a Conferência de Tecnologia Cultura e Memória (CTCM), evento bienal, que, desde 2011, congrega discussões acerca do papel das instituições de patrimônio cultural nas sociedades em rede; o impacto da digitalização sobre as organizações; as impressões relativas às tendências da digitalização nas instituições públicas e privada; e a influência das novas mídias na formatação do conhecimento (CARTA DO RECIFE 2.0, 2014).

Os envolvidos na confecção dessa rede estavam convencidos da importância da adesão a cinco princípios básicos destacados a seguir para a definição de uma política de digitalização dos acervos memoriais:

- 1) O compromisso com o acesso aberto, público e gratuito; o compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia;
- 2) O compromisso com a acessibilidade;
- 3) A criação de padrões de captura e de tratamento de imagens;
- 4) A definição de padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais;
- 5) A criação de padrões e normas de preservação digital de longo prazo, que se harmonizam, inclusive, com os padrões universais estabelecidos para documentação digital e adotados pela Comunidade Européia.

Devemos salientar, nessa perspectiva, a emergência da *The European Library*, a partir de uma organização chamada superfície operacional, que tem por objetivo agregar todo o conteúdo digitalizado da herança cultural europeia: livros, pinturas,

filmes, objetos de museu, arquivos audiovisuais e documentos de arquivo digitalizados.

Por meio desta iniciativa, desde 2005, têm sido propiciados aos usuários acessos multilinguísticos comuns a diferentes padrões de herança cultural, da Pré-história à atualidade, distribuídos digitalmente. Os objetos digitais localizáveis a partir da Europeana não são armazenados em um computador central, mas permanecem com a instituição cultural e estão hospedados em suas redes. Desse modo, abrigam-se os metadados de cada conteúdo em um padrão comum, e o pesquisador é direcionado para o site original, caso deseje acessar o conteúdo completo (THE EUROPEAN LIBRARY, 2014).

A Rede Memorial de Pernambuco continua suas atividades e hoje conta com a participação do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), Memorial da Justiça, Instituto Ricardo Brennand (Instituto RB), Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Paço do Frevo.

No bojo deste processo de consolidação da Rede Memorial, a Secretaria de Gestão da Informação e Comunicação (SEGIC) e Biblioteca Central (BC) da UFPE criaram o Memorial Denis Bernardes<sup>7</sup>. Este último aberto em 2013, e que se destina a preservar a memória institucional da UFPE, abriga em seu acervo discos de vinil, fitas de programas da TV Universitária, bem como as coleções de Paulo Freire, e os acervos Acervo João Alfredo, Marcos Freire e Padre Daniel Lima.

A ênfase de suas ações está na guarda e digitalização de documentos, que contribuem no sentido de revelar um pouco da cultura regional e nacional, fundamental para qualquer pesquisador que se dedique à referida temática. A parceria

---

<sup>7</sup> O nome do Memorial é uma homenagem ao historiador Denis Bernardes, professor da UFPE desde 1975. Lecionou nos Departamentos de Economia e de Serviço Social e foi professor convidado pela Pós-Graduação de Ciência da Informação. Entre outros interesses, dedicava-se ao estudo das relações entre memória, informação e sociedade.

entre o Memorial e o Laboratório Liber, através de investimentos em servidores web, garante o acesso a arquivos digitalizados.

## 6 CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste trabalho, pontuamos um pouco do histórico, das trajetórias e mesmo dos objetivos e atuações do Laboratório Liber, cujo papel social se propõe aproximar do ideal de transformar avanços científicos em conquistas sociais.

No entanto, há que se considerar que essa aproximação de converter avanços científicos em conquistas sociais tem sido concretizada com o Instituto Clio, e a Rede Memorial, sendo grande ponto a ser destacado. Isso porque foi possível diagnosticar a situação dos Sistemas Memoriais, avançando do ponto de vista científico, qualificando o que era um sistema memorial – algo que nunca havia sido feito antes. Esse é um mérito coletivo, de estudantes, professores e pesquisadores.

Quando identificamos uma perspectiva sistêmica nessa experiência, com o desenvolvimento de uma legislação, no decurso histórico de poucos anos, foi possível desenvolver uma teoria, diagnosticar, articular pessoas, chegar junto do estado e transformar isso em um marco legal. Trata-se de um ciclo que naturalmente levaria anos, e que não foi operado de modo a acelerar em demasia etapas ou desrespeitar processos, ou por uma decisão política isolada.

Tratou-se de algo construído por uma articulação da base, com os bibliotecários, arquivistas, as pessoas que estão no *front* de trabalho que decidiram como essa legislação deveria ser.

Vimos, neste exercício de comemoração<sup>8</sup> dos vinte anos do Liber, que muitos pesquisadores dedicaram suas dissertações e teses a problemas vivenciados em instituições de missão memorial, e que, de alguma forma se relacionam com o Laboratório Liber. Desta forma entendemos que a informação científico-tecnológica

---

<sup>8</sup> Pensando no termo *comemoração* não enquanto celebração, mas como exercício de evocação que se faz de forma coletiva, co-memorar, de acordo com os ensinamentos halbwichianos, é lembrar junto, coletivamente.

fruto do desenvolvimento e do tratamento documental são objetos de estudo do Liber, cujas ações interdisciplinares fomentam “a rotatividade do conhecimento armazenado nas fontes primárias e arquivos de difícil acesso” (MIRANDA, 2012, p.284).

## Referências

ALENCAR, E. S. de. **A gerência da criatividade**. São Paulo: Makron, 1996.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1977.

BÍBLIA, Antigo Testamento. Gênesis. In: **BÍBLIA**. Português. Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966. p.678-686.

BORBA, V. da R. **Modelo orientador para construção de estratégias de preservação digital**: estudo de caso do Banco de Teses e Dissertações da UFPE. João Pessoa, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, 2009.

**CARTA DO RECIFE 2.0**. Preservação e Acesso. Disponível em: <<http://redememorialpernambuco.blogspot.com.br/p/carta-do-recife.html>>. Acesso em 9 mar. 2017.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos seres vivos, São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1).

\_\_\_\_\_. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **O poder da comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.

COCCO, G. A nova qualidade do trabalho na era da Informação. In: LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 6.ed. São Paulo: Futura, 1998.

ECO, U. **A biblioteca**. 4.ed. Lisboa: Difel, 1998.

\_\_\_\_\_. Muito além da internet. **Folha de São Paulo**, 14 dez. 2003. Caderno Mais, p. 4-10. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1412200304.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

GALINDO, M. **Tragédia da Memória**. Massangana, Recife, Massangana, n. 1, p. 57-62, 2005.

\_\_\_\_\_. Tecnologia & Memória. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 50, p. 179-190, set./mar. 2010. Disponível em: <[http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/rieb50\\_site\\_1322178415.pdf](http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/rieb50_site_1322178415.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. O dilema de Pharmacon. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 1, p.36-50, jan./abr. 2012. Disponível em:

<<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13880/2111-7400-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 24 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. A redescoberta do trabalho coletivo. In: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de, (Org.). **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015, p.65-96.

GARCÍA MARQUEZ, G. **Cem anos de solidão**. 75. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GOUVEIA JUNIOR, M. **A Gestão da Memória: as políticas públicas culturais e a situação dos museus no estado de Pernambuco**. 2012. 212 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2012. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ppgci/images/documentos/disserta/2011%20mario.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. O pensamento baumaniano e os paradigmas da mediação da informação. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** Campinas, v.13, n.1, p.156-169, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/4128>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

\_\_\_\_\_; GALINDO, M. Sistemas memoriais como disseminadores de informação. **Transinformação**, Campinas, v.14, n.3, p.207-217, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1203>> Acesso em: 25 mar. 2017.

\_\_\_\_\_; SOARES, S.M.V.; NASCIMENTO, A.C. M. do. A missão da rede memorial: capital social, sistemas e redes de colaboratividade. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p.76-95, Jan./Abr. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewFile/50047/33743>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LUHMANN, N. **Introdução à teoria dos sistemas**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

JENKINS, H. **Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MACEDO, T. B. de. **Fenômeno social do esquecimento na perspectiva da ciência da informação**. 2013. 150p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10465>> Acesso em: 26 mar. 2017.

MALTA, A.O. L. **Memória em sais de prata**: fotografias do Recife em instituições memoriais. 2013. 206 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10248>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

MARTELETO, R. M. Informação, rede e redes sociais – fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**. v.12, n. esp., 2007, p.1-17. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1785>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas: Workshopsy, 1995.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, M.K.F. de O. **O custodialismo e a teoria da intencionalidade**. Néctar: Recife, 2012

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NEVES, A.; GALINDO, M.; CUNHA, P. **Onde as ruas não têm nomes**: um olhar sobre o ciberespaço. Recife: Editora Universitária, 1997.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PINTO, M. A.; SILVA, A. M. da. Um modelo sistêmico e integral de gestão da informação nas organizações. 2005. In: 2º Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3085.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

PRIGOGINE, I. **As leis do caos**. São Paulo: UNESP, 2002.

RIBEIRO, F. do C. **Análise de Risco**: uma metodologia a serviço da preservação digital. 2012. 285 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

RODRIGUES, E. Bibliotecas virtuais e cibertecários. In: Seminário As Universidades e os Novos Serviços de Informação Eletrônica em Rede. Braga, **Anais...** : [s.n.], 1995. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/423>>. Acesso em 29 mar. 2017.

SANTOS, M. Por uma geografia das redes. In:\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica, razão e emoção. 4.ed.2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, V. J. S. **Memória das lutas no campo**: gestão dos fluxos de informação memorial em Pernambuco. 2014. 146 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SAYÃO, L. F. Preservação digital no contexto das bibliotecas digitais: uma breve introdução. In: MARCONDES, Carlos Henrique et al (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: UFBA, p. 115-145, 2005.

SENGE, P. **A Quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. 16 ed. (Tradução: OP Traduções). São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004.

SIEBRA, S. A. et al. Curadoria digital: além da questão da preservação digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013A, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/317/320>> . Acesso em: 28 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Uma proposta de arquitetura para gerenciamento eletrônico de documentos baseada em automação. In: CONFERÊNCIA SOBRE TECNOLOGIA CULTURA E MEMÓRIA, 2, 2013B, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <[http://www.liber.ufpe.br/ctcm2013/anais/files/1i.PAGED\\_BA.pdf](http://www.liber.ufpe.br/ctcm2013/anais/files/1i.PAGED_BA.pdf)> . Acesso em: 17 fev. 2017.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011..

THE EUROPEAN LIBRARY. **About the European Library services for libraries**. Disponível em:<<http://www.theeuropeanlibrary.org/tel4/>> . Acesso em: 12 mar. 2017.

VILA NOVA, S. **Acesso livre: um olhar sobre a preservação digital no Brasil**. 2011. 322p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2011. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ppgci/images/documentos/disserta/2009%20susimery.pdf>> . Acesso em: 26 mar. 2017.

Recebido em dezembro de 2018.  
Aprovado em maio de 2019.  
Publicado em julho de 2019.